



Diário Oficial

Fundação de Atenção a Saúde de Itabuna

1

Sexta-feira • 14 de Janeiro de 2022 • Ano • Nº 1407

Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

FASI publica:

- Edição Publicada Por: FASI - Fundação de Atenção à Saúde de Itabuna- Extrato do Contrato - 1º Termo Aditivo de Prazo ao Processo Administrativo: nº005/2021 - 1º Termo Aditivo ao Processo de Inexigibilidade de licitação: nº 001/2021 - 1º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviço nº 011/2021 - Processo Administrativo atual nº 02/2021.



Lei exige que todo gestor publique seus atos no seu veículo oficial para que a gestão seja mais transparente. A Imprensa Oficial cumpre esse papel.

Imprensa Oficial
a publicidade legal
levada a sério

Responsável - Fernanda Cândida Ludgero

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: KQSP/BAFXKU1FSSNNW+DXA

Extratos de Contratos



FASI
FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO À
SAÚDE DE ITABUNA



**LICITAÇÕES E
CONTRATOS**

Extrato do Contrato

Itabuna: 14/01/2022

1º Termo Aditivo de Prazo ao Processo Administrativo: nº005/2021 1º Termo Aditivo ao Processo de Inexigibilidade de licitação: nº 001/2021 1º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviço nº 011/2021 Processo Administrativo atual: Nº. 02/2021	
Contratante:	Fundação de Atenção À Saúde de Itabuna – FASI CNPJ nº 02.762.633/0001-62
Contratado:	Costa Vieira & Niella Advocacia e Consultoria Pública CNPJ nº 18.365.843/0001-57
Objeto:	Prestação de Serviços referente a Contratação de Empresa especializada em Consultoria e Assessoria Jurídica para setores de Direito do Hospital de Base Luís Eduardo Magalhães
Vigência/Período	12 Meses – 14 de janeiro de 2022 a 14 de janeiro a 2023
Valor Estimado:	Valor Mensal: R\$ 8.000,00 (Oito mil reais). Valor Global: R\$ 96.000,00 (Noventa e seis mil reais)
Dotação:	Unidade Orçamentária: 1515. Projeto Atividade: 6.443. Elemento de Despesa: 3390390000/3390300000. Fonte de Recurso: 50.
Base Legal:	Lei Federal nº10.520, de 17/07/2002, Decreto Municipal 6.778 de 01.10.03, Lei Complementar nº123, de 14/12/2006, Lei Complementar 147/2014 e Lei Complementar 127 de 14/08/2007, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições do Decreto 5.450 de 31/05/05 e da Lei Federal nº8.666, 21/06/1993, com alterações posteriores e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, 147/2014.

Renata Bomfim Silva Oliveira

Pregoeira Oficial